

MATRIZ DE RISCO — PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 016/2026

Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Diagnóstico por Imagem (Ultrassonografia) com Emissão de Laudos Médicos — SUS · Prefeitura Municipal de Corumbiara — Estado de Rondônia

Processo 263/2026/SEMUSA

Lei nº 14.133/2021

Sessão: 07/04/2026 às 09h

Licitanet

Valor Estimado: R\$ 300.000,00

SEMUSA · 26 Procedimentos · Lote Único

18

TOTAL DE RISCOS

10

RISCOS ALTO (56%)

6

RISCOS MÉDIO (33%)

2

RISCOS BAIXO (11%)

8,4

SCORE MÉDIO

R\$300 Mil

VALOR ESTIMADO

1. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

VAL	PROBABILIDADE	FAIXA	VAL	IMPACTO	DESCRIÇÃO
1	Raríssima	< 5%	1	Irrelevante	Sem consequências significativas
2	Rara	5–20%	2	Pouco Relevante	Localizado, correção simples
3	Eventual	20–50%	3	Relevante	Moderado, requer ação corretiva
4	Provável	50–80%	4	Crítico	Severo, compromete entregas
5	Quase Certa	> 80%	5	Catastrófico	Extremo, risco direto à população

NÍVEL	SCORE	AÇÃO RECOMENDADA
BAIXO	1 – 3	Monitoramento periódico
MÉDIO	4 – 8	Ações preventivas planejadas
ALTO	9 – 15	Ações imediatas obrigatórias
CRÍTICO	16 – 25	Intervenção urgente — decisão superior

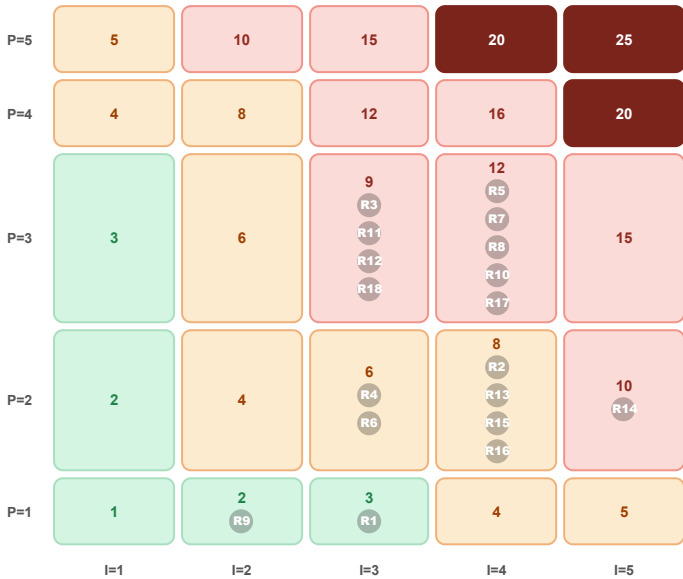
2. PANORAMA DOS 18 RISCOS — AGRUPADOS POR NÍVEL

ID	CATEGORIA	DESCRIÇÃO RESUMIDA	P	I	SCORE	NÍVEL
R01	Qualidade/Laudo	Laudos com inconsistências ou emitidos por profissional sem habilitação compatível	1	3	3	BAIXO
R09	Infraestrutura/Local	Inadequação temporária do local de execução ou necessidade de mudança de local	1	2	2	BAIXO
R02	Financeiro/Orçam.	Insuficiência de dotação orçamentária no momento do empenho	2	4	8	MÉDIO
R04	Jurídico/Impugn.	Impugnação ao edital por exigências desproporcionais de habilitação técnica	2	3	6	MÉDIO
R06	Habilitação	CNES vencido, CRM inativo, RQE incompatível ou vínculo profissional não comprovado	2	3	6	MÉDIO
R13	Contratual/Inexec.	Rescisão ou abandono pelo contratado por dificuldades operacionais ou financeiras	2	4	8	MÉDIO
R15	Transparência/Ctrl	Irregularidade detectada pelo Controle Interno ou TCE/RO	2	4	8	MÉDIO
R16	LGPD/Dados	Violação de dados pessoais e sensíveis dos pacientes durante a execução dos serviços	2	4	8	MÉDIO
R03	Planejamento/Espec.	TR com especificações técnicas insuficientes quanto à qualificação médica exigida	3	3	9	ALTO
R05	Seleção/Certame	Processo deserto ou fracassado — ausência de propostas válidas	3	4	12	ALTO
R07	Logística/Execução	Atraso no início ou interrupção da execução além do prazo de 10 dias corridos	3	4	12	ALTO
R08	Qualidade/Técnica	Exames por profissional não indicado na habilitação ou especialidade incompatível	3	4	12	ALTO
R10	Ética/Cobrança	Cobrança direta ou indireta aos usuários do SUS pelos serviços contratados	3	4	12	ALTO
R11	Gestão/Fiscalização	Falha na fiscalização: acúmulo de atribuições ou capacitação insuficiente	3	3	9	ALTO
R12	Financeiro/Pagto	Atraso no pagamento por NF com erro, ausência de relatório mensal ou pendências fiscais	3	3	9	ALTO
R14	Reputacional/Social	Descontinuidade dos exames comprometendo diagnósticos e saúde da população SUS	2	5	10	ALTO
R17	Profissional/Fraude	Indicação do mesmo profissional por mais de uma empresa no certame	3	4	12	ALTO
R18	Subcontratação	Subcontratação vedada do objeto, total ou parcial, sem autorização da Administração	3	3	9	ALTO

MATRIZ DE RISCO — PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 016/2026

Mapa de Calor · Detalhamento: Riscos BAIXO e MÉDIO

3. MAPA DE CALOR — PROBABILIDADE × IMPACTO



DISTRIBUIÇÃO ESTATÍSTICA

NÍVEL	QTD	%	SCORE MÉDIO
BAIXO	2	11%	2,5
MÉDIO	6	33%	7,3
ALTO	10	56%	10,6
CRÍTICO	0	0%	—
TOTAL	18	100%	8,4

RISCO MAIS ALTO

R14 — Reputacional/Social (Score 10 · ALTO)
Descontinuidade dos exames de ultrassonografia comprometendo diagnósticos, pré-natal e saúde da população SUS do Município de Corumbiara/RO.

RISCO EXCLUSIVO DESTE CERTAME

R16 — LGPD/Dados Pessoais (Score 8 · MÉDIO)
Dados de saúde dos pacientes são classificados como dados sensíveis pela Lei nº 13.709/2018, exigindo proteção reforçada durante toda a execução contratual.

4. DETALHAMENTO — RISCOS BAIXO

R01 — Qualidade/Laudo

P=1 · I=3 · Score=3 · BAIXO

BAIXO

FATOR

Laudos médicos emitidos com inconsistências técnicas, sem assinatura do médico habilitado, ou por profissional com especialidade incompatível com o procedimento realizado, em desacordo com as normas do CFM.

CONSEQUÊNCIAS

Laudo inválido; necessidade de repetição do exame; dano assistencial ao paciente; responsabilização da contratada perante o Município e o CFM.

AÇÕES MITIGADORAS

- Exigir laudo assinado por médico com CRM ativo e RQE compatível
- Fiscal confere conformidade dos laudos no recebimento provisório
- Recusar laudos em desconformidade e exigir reemissão imediata
- Registrar ocorrências no caderno de campo do fiscal

Responsável: Fiscal do Contrato (Edna Carmo Soares — mat. 8974) · Comissão de Recebimento

R09 — Infraestrutura/Local

P=1 · I=2 · Score=2 · BAIXO

BAIXO

FATOR

Inadequação temporária do Centro de Fisioterapia (Av. Antônio Novaes, nº 2279) ou necessidade de alteração do local de execução por determinação da SEMUSA conforme necessidade assistencial.

CONSEQUÊNCIAS

Atraso nos atendimentos; necessidade de reorganização logística; impacto nos pacientes agendados.

AÇÕES MITIGADORAS

- Comunicar contratada com antecedência sobre alteração de local
- Formalizar por escrito a indicação de novo local
- Garantir condições adequadas para operação do equipamento no novo local
- Contato SEMUSA: (69) 3343-2249

Responsável: SEMUSA · Fiscal do Contrato

DETALHAMENTO — RISCOS MÉDIO

R02 — Financeiro/Orçamentário

P=2 · I=4 · Score=8 · MÉDIO

MÉDIO

FATOR

Insuficiência de dotação orçamentária da SEMUSA no momento da formalização do empenho, considerando que o valor global estimado de consumo é de R\$ 300.000,00 e o pagamento ocorre após a execução mensal dos serviços, sem adiantamento de recursos públicos.

CONSEQUÊNCIAS

Bloqueio do empenho; suspensão ou atraso dos atendimentos; inadimplência com a contratada; risco de rescisão e interrupção dos serviços à população SUS.

AÇÕES MITIGADORAS

- Verificar saldo da dotação antes de emitir cada nota de empenho
- Solicitar declaração de disponibilidade orçamentária antes de cada convocação
- Garantir empenho prévio à emissão de cada Ordem de Serviço
- Alertar ao atingir 75% do valor estimado global

Responsável: Contabilidade · Tesouraria · Secretário da SEMUSA

R04 — Jurídico/Impugnação

P=2 · I=3 · Score=6 · MÉDIO

MÉDIO

FATOR

Impugnação ao edital por exigências consideradas desproporcionais de habilitação técnica, especialmente quanto à exigência de RQE, CNES com CNAE 8640-2/07, vínculo profissional nas 5 formas do item 9.21.5, e cobertura integral dos 26 procedimentos.

CONSEQUÊNCIAS

Suspensão do certame; prazo dilatado; obrigação de republicação; risco de nulidade parcial do edital; atraso no início dos atendimentos.

AÇÕES MITIGADORAS

- Revisão jurídica completa do edital antes da publicação
- Critérios de habilitação proporcionais e fundamentados em normas CFM
- Responder impugnações em até 3 dias úteis — art. 164, Lei 14.133/2021
- Documentar fundamentação de cada exigência técnica

Responsável: CPL/Pregoeiro · Assessoria Jurídica

FATOR

Habilitação irregular do vencedor: CNES vencido ou com atividade incompatível com CNAE 8640-2/07, CRM inativo, RQE incompatível com os 26 procedimentos licitados, vínculo profissional não comprovado por nenhuma das formas admitidas no item 9.21.5 do Edital, ou CNPJ suspenso.

CONSEQUÊNCIAS

Inabilitação após adjudicação; novo julgamento com o segundo colocado; atraso no início dos atendimentos à população SUS.

AÇÕES MITIGADORAS

- Consultar CNES, CRM, SICAF, CGU, TCU e CNJ na data da sessão
- Verificar compatibilidade do CNAE 8640-2/07 no CNES
- Exigir documentação de vínculo conforme item 9.21.5 do Edital
- Convocar segundo colocado se inabilitado; registrar em ata

Responsável: CPL/Pregoeiro · Assessoria Jurídica



MATRIZ DE RISCO — PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 016/2026

Detalhamento: Riscos MÉDIO (continuação) · Riscos ALTO (parte 1)

R13 — Contratual/Inexecução

P=2 · I=4 · Score=8 · MÉDIO

MÉDIO

FATOR

Rescisão unilateral ou abandono do fornecimento pelo contratado durante a vigência da ARP, motivado por saída do médico responsável técnico, dificuldades operacionais, atraso nos pagamentos municipais ou insolvência da empresa contratada.

CONSEQUÊNCIAS

Interrupção total dos atendimentos de ultrassonografia; necessidade de novo processo licitatório; dano assistencial direto à população SUS do Município.

AÇÕES MITIGADORAS

- Manter pagamentos em dia — prazo máximo de 30 dias
- Incluir cláusula de reequilíbrio — art. 124, II, d, Lei 14.133/2021
- Monitorar regularidade fiscal e do CRM durante toda a vigência
- Exigir comunicação prévia de 24h em caso de impedimento
- Cadastrar prestador de contingência previamente

Responsável: Gestor do Contrato (Jacqueline Barcarolo — mat. 100572) · Assessoria Jurídica · CPL

R15 — Transparência/Controle

P=2 · I=4 · Score=8 · MÉDIO

MÉDIO

FATOR

Irregularidade identificada pelo Controle Interno ou TCE/RO: ARP sem TR adequado, pagamentos sem ateste formal do fiscal, ausência de publicação no PNCP, relatórios mensais de atendimentos incompletos ou não apresentados como condição de liquidação da despesa.

CONSEQUÊNCIAS

Suspensão de pagamentos; glosa de valores; responsabilização pessoal do agente público; determinação de ajuste pelo órgão de controle externo.

AÇÕES MITIGADORAS

- Garantir completude do processo: TR, ETP, pesquisa de preços, atas, NF, relatório de atendimentos e ateste
- Publicar ARP no PNCP — art. 94, Lei 14.133/2021
- Revisão pelo Controle Interno antes de cada empenho
- Atender prontamente diligências do TCE/RO

Responsável: Controle Interno · CPL · Assessoria Jurídica · Fiscal do Contrato

R16 — LGPD / Dados Pessoais Sensíveis ★

P=2 · I=4 · Score=8 · MÉDIO

MÉDIO

FATOR

Violação de dados pessoais sensíveis dos pacientes durante a execução dos serviços: acesso indevido a prontuários e laudos, compartilhamento não autorizado de informações médicas, ausência de controles de acesso, ou descumprimento da Lei nº 13.709/2018 — LGPD pela empresa contratada ou seus prepostos. Dados de saúde são dados sensíveis com proteção reforçada pela LGPD.

CONSEQUÊNCIAS

Responsabilização civil e administrativa da contratada e do Município; sanções da ANPD; dano moral aos pacientes; comprometimento da confiança nos serviços públicos de saúde; violação do direito fundamental à privacidade.

AÇÕES MITIGADORAS

- Exigir declaração formal de compromisso com a LGPD na habilitação — item 9.22, alínea I do Edital
- Incluir cláusula contratual específica de proteção de dados sensíveis
- Laudos e dados tratados exclusivamente para fins assistenciais
- Proibir compartilhamento externo de dados identificáveis dos pacientes
- Fiscalizar armazenamento e descarte seguro de registros
- Exigir notificação imediata em caso de incidente de segurança

Responsável: Contratada · Fiscal do Contrato · SEMUSA · Controle Interno

DETALHAMENTO — RISCOS ALTO (PARTE 1)

R03 — Planejamento/Especificação

P=3 · I=3 · Score=9 · ALTO

ALTO

FATOR

Termo de Referência com especificações técnicas insuficientes quanto à exigência de cobertura integral dos 26 procedimentos por profissional(is) habilitado(s), lacunas na definição das formas de comprovação de vínculo profissional, ou inconsistências entre TR, ETP e Edital.

CONSEQUÊNCIAS

Propostas inadequadas; impugnação ao edital; dificuldade na fiscalização e recebimento; risco de exames realizados por profissional sem habilitação compatível com o procedimento executado.

AÇÕES MITIGADORAS

- Revisar especificações com a SEMUSA e equipe técnica antes da publicação
- Garantir que o TR exige cobertura integral dos 26 itens do lote único
- Verificar consistência entre TR, ETP, Edital, ARP e Contrato
- Fundamentar cada exigência técnica em normas do CFM e ANVISA

Responsável: CPL/Pregoeiro · SEMUSA · Assessoria Jurídica

R05 — Seleção/Certame

P=3 · I=4 · Score=12 · ALTO

ALTO

FATOR

Processo deserto ou fracassado: ausência de propostas válidas ou todos os licitantes inabilitados, considerando o porte do Município de Corumbiara/RO, a localização no interior de Rondônia e o mercado fornecedor reduzido para serviços especializados de ultrassonografia no âmbito do SUS.

CONSEQUÊNCIAS

Atraso no início dos atendimentos; risco assistencial à população SUS; necessidade de novo processo licitatório ou contratação emergencial — art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021.

AÇÕES MITIGADORAS

- Ampliar divulgação do aviso na Licitanet e no PNCP com antecedência máxima
- Revisar preços de referência com pesquisa de mercado atualizada
- Estruturar lote único para atrair maior competitividade conforme TR
- Avaliar contratação direta emergencial se o processo fracassar

Responsável: CPL/Pregoeiro · SEMUSA · Setor de Compras

R07 — Logística/Execução

P=3 · I=4 · Score=12 · ALTO

ALTO

FATOR

Atraso no início da execução além do prazo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço, ou interrupção dos atendimentos por falha operacional, ausência do profissional ou impedimento não comunicado com antecedência mínima de 24 horas.

CONSEQUÊNCIAS

Interrupção dos atendimentos agendados; prejuízo assistencial aos pacientes SUS; necessidade de reagendamento; aplicação de multa moratória; impacto na continuidade do acompanhamento diagnóstico.

AÇÕES MITIGADORAS

- Definir prazo de 10 dias corridos expressamente na minuta da ARP e do Contrato
- Exigir preposto com canal de contato disponível para comunicação com a SEMUSA
- Exigir comunicação de impedimentos com antecedência mínima de 24h
- Multa moratória: 0,2%/dia até 10 dias; 0,3%/dia até 20 dias; 0,5%/dia até 30 dias

Responsável: Fiscal do Contrato · SEMUSA · Gestor do Contrato



ID: 445319 e CRC: F6B89D38

MATRIZ DE RISCO — PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 016/2026

Detalhamento: Riscos ALTO (parte 2) — continuação

R08 — Qualidade/Técnica

P=3 · I=4 · Score=12 · ALTO

ALTO

FATOR

Execução dos exames de ultrassonografia por profissional diferente do indicado e comprovado na fase de habilitação, ou por médico com especialidade incompatível com os procedimentos realizados, ou por técnico/tecnólogo de radiologia sem habilitação para emissão de laudos, em desacordo com as normas do CFM e com o item 9.21.4 do Edital.

CONSEQUÊNCIAS

Laudos tecnicamente inválidos; risco diagnóstico ao paciente; responsabilização da contratada e do Município; possível nulidade dos atendimentos realizados; aplicação de sanções contratuais graves.

AÇÕES MITIGADORAS

- Verificar identidade e habilitação do profissional a cada sessão de atendimentos
- Exigir apresentação de CRM e identidade do médico antes do início dos exames
- Proibir expressamente substituição não autorizada do responsável técnico
- Exigir aprovação prévia da SEMUSA para qualquer substituição

Responsável: Fiscal do Contrato · SEMUSA · CPL

R10 — Ética/Cobrança Indevida

P=3 · I=4 · Score=12 · ALTO

ALTO

FATOR

Cobrança direta ou indireta aos usuários do SUS pelos serviços de ultrassonografia contratados pelo Município, seja pelo profissional médico, pela empresa contratada ou por seus prepostos, em desacordo com as diretrizes do SUS e com as declarações firmadas na habilitação — item 9.22, alínea j do Edital.

CONSEQUÊNCIAS

Violação das diretrizes do SUS; prejuízo financeiro ao paciente vulnerável; responsabilização civil e administrativa da contratada; dano reputacional ao Município; possível rescisão contratual imediata.

AÇÕES MITIGADORAS

- Exigir declaração formal de vedação de cobrança na habilitação e na proposta
- Orientar os pacientes sobre a gratuidade dos serviços SUS
- Disponibilizar canal de denúncia para pacientes
- Incluir cláusula de rescisão imediata em caso de cobrança indevida comprovada
- Fiscalizar atendimento com visitas regulares durante as sessões

Responsável: Fiscal do Contrato · SEMUSA · Controle Interno

R11 — Gestão/Fiscalização

P=3 · I=3 · Score=9 · ALTO

ALTO

FATOR

Falha na fiscalização contratual: fiscal com acúmulo de atribuições, capacitação insuficiente em gestão de contratos de serviços de saúde, ausência de substituto designado, ou falta de rotina formal de verificação da conformidade dos exames, laudos e relatórios mensais — art. 117, Lei 14.133/2021.

CONSEQUÊNCIAS

Recebimento inadequado de serviços; irregularidades não detectadas; pagamentos indevidos por serviços não executados ou em desconformidade; responsabilização do gestor público.

AÇÕES MITIGADORAS

- Nomear fiscal (Edna Carmo Soares — mat. 8974) e gestor (Jacqueline Barcarolo — mat. 100572) por portaria formal
- Capacitar servidores em gestão de contratos de saúde
- Definir rotina formal de fiscalização com verificação mensal de laudos e relatórios
- Elaborar plano de fiscalização após assinatura do contrato — Dec. Mun. 192/2023

Responsável: Secretário da SEMUSA · CPL · Controle Interno

R12 — Financeiro/Pagamento

P=3 · I=3 · Score=9 · ALTO

ALTO

FATOR

Atraso no pagamento à contratada: Nota Fiscal com erro, ausência ou inconsistência no relatório mensal de atendimentos (nome do paciente, Cartão SUS e procedimento), certidões de regularidade fiscal pendentes, contingenciamento orçamentário ou falha no fluxo de liquidação da despesa.

CONSEQUÊNCIAS

Incidência de correção pelo IPCA após 30 dias — cláusula 6.2 da ARP; desestímulo ao fornecedor; risco de rescisão contratual; interrupção dos atendimentos.

AÇÕES MITIGADORAS

- Fluxo rigoroso: ateste do fiscal → NF com relatório → liquidação → pagamento em máx. 30 dias
- Verificar disponibilidade de caixa antes de cada Ordem de Serviço
- Exigir relatório mensal completo como condição de liquidação
- Controlar prazos no sistema contábil — Dec. Mun. 208/2023

Responsável: Tesouraria · Contabilidade · Fiscal do Contrato · SEMUSA

R14 — Reputacional/Social ★ RISCO MAIS ALTO

P=2 · I=5 · Score=10 · ALTO

ALTO

FATOR

Descontinuidade ou interrupção prolongada dos serviços de ultrassonografia comprometendo o diagnóstico precoce de patologias, acompanhamento pré-natal, monitoramento de doenças crônicas e acesso oportuno a exames essenciais para a população SUS do Município de Corumbiara/RO, abrangendo os 26 procedimentos do lote único.

CONSEQUÊNCIAS

Prejuízo direto à saúde da população; atraso diagnóstico com potencial agravamento de condições clínicas; exposição midiática; responsabilização dos gestores municipais; impacto na saúde materno-infantil e nos programas de atenção básica.

AÇÕES MITIGADORAS

- Identificar e cadastrar prestador de contingência antes da assinatura do contrato
- Monitorar vigência da ARP — alertar ao atingir 75% do valor estimado
- Exigir comunicação de impedimentos com 24h de antecedência
- Comunicar imediatamente o Secretário da SEMUSA em caso de risco de interrupção

Responsável: Secretário da SEMUSA · Gestor do Contrato · Controle Interno

R17 — Profissional/Fraude à Competitividade

P=3 · I=4 · Score=12 · ALTO

ALTO

FATOR

Indicação do mesmo profissional médico responsável técnico por mais de uma empresa proponente no certame, caracterizando fraude à competitividade, em desacordo com o Parágrafo Terceiro do item 9.21.5 e alínea g do item 9.22 do Edital, violando os princípios do art. 5º da Lei 14.133/2021.

CONSEQUÊNCIAS

Inabilitação imediata de todas as empresas envolvidas, independentemente da ordem de classificação; comprometimento da competitividade do certame; risco de fracasso do processo licitatório.

AÇÕES MITIGADORAS

- Comparar CRMs e CPFs de todos os profissionais indicados antes da habilitação
- Registrar em planilha os profissionais indicados por cada empresa
- Comunicar empresas envolvidas e registrar em ata imediatamente
- Inabilitar todas as empresas que compartilharem o mesmo profissional
- Encaminhar à Assessoria Jurídica para avaliação de responsabilização

Responsável: CPL/Pregoeiro · Assessoria Jurídica



FATOR

Subcontratação total ou parcial do objeto contratual pela empresa vencedora, mediante terceirização da mão de obra médica a profissional ou empresa não indicada e aprovada na fase de habilitação, em desacordo com a Cláusula Quarta do Contrato, o item 13.7 e a alínea n do item 9.22 do Edital.

CONSEQUÊNCIAS

Execução dos exames por profissional sem habilitação verificada pela Administração; laudos tecnicamente inválidos; responsabilização da contratada e do Município; aplicação de sanções contratuais; possível rescisão unilateral.

AÇÕES MITIGADORAS

- Verificar identidade e CRM do profissional a cada sessão, confrontando com a habilitação
- Proibir expressamente qualquer substituição sem aprovação prévia formal da SEMUSA
- Aplicar sanções imediatas em caso de subcontratação verificada
- Incluir cláusula de rescisão unilateral por subcontratação não autorizada

Responsável: Fiscal do Contrato · SEMUSA · CPL · Assessoria Jurídica



MATRIZ DE RISCO — PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 016/2026

Cronograma de Ações por Fase · Conclusão · Base Legal

5. CRONOGRAMA DE AÇÕES POR FASE

FASE 1 — ANTES DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL

- › Revisão jurídica completa do edital — CPL + Assessoria Jurídica
- › Verificar consistência entre TR, ETP, Edital, ARP e Contrato
- › Garantir que TR exige cobertura integral dos 26 procedimentos
- › Fundamentar cada exigência técnica em normas do CFM e ANVISA
- › Incluir cláusulas específicas de LGPD, vedação de cobrança e de subcontratação

FASE 2 — DURANTE A SESSÃO DO PREGÃO

- › Consultar CNES, CRM, SICAF, CGU, TCU e CNJ na data da sessão
- › Verificar compatibilidade do CNAE 8640-2/07 como atividade principal ou secundária no CNES
- › Comparar CRMs e CPFs dos profissionais indicados por todas as licitantes
- › Exigir documentação de vínculo conforme item 9.21.5 do Edital
- › Registrar ata circunstanciada da sessão pública

FASE 3 — EXECUÇÃO CONTRATUAL

- › Nomeação formal de fiscal e gestor por portaria — Dec. Mun. 192/2023
- › Capacitação em gestão de contratos de saúde — Lei 14.133/2021
- › Verificar identidade e habilitação do profissional a cada sessão de atendimentos
- › Verificar relatório mensal de atendimentos antes de atestar a NF
- › Controlar prazo de pagamento — máximo 30 dias
- › Aplicar multas moratórias em caso de atraso na execução
- › Elaborar plano de fiscalização após assinatura do contrato
- › Fiscalizar cumprimento da LGPD e vedação de cobrança ao paciente

FASE 4 — GESTÃO CONTÍNUA DA ARP

- › Identificar e cadastrar prestador de contingência previamente
- › Monitorar vigência da ARP — alertar ao atingir 75% do valor estimado
- › Publicar ARP no PNCP — art. 94, Lei 14.133/2021
- › Realizar pesquisa de mercado a cada 180 dias para ratificar vantajosidade
- › Monitorar regularidade do CRM e do CNES durante toda a vigência

6. CONCLUSÃO E BASE LEGAL

A Matriz identifica **10 riscos classificados como ALTO (56%)**, com concentração crítica nas categorias de Qualidade/Técnica, Seleção/Certame, Execução e Integridade Profissional. O risco mais elevado é o **R14 — Reputacional/Social (Score 10)**, que pode comprometer diretamente a continuidade dos serviços diagnósticos essenciais à saúde da população SUS de Corumbiara/RO. Destaca-se a inclusão do **R16 — LGPD/Dados Pessoais (Score 8)**, risco específico deste certame, dado que os dados de saúde dos pacientes são classificados como dados sensíveis pela Lei nº 13.709/2018, exigindo proteção reforçada durante toda a execução contratual. Também são riscos exclusivos deste objeto o **R17 — Fraude à Competitividade** (indicação do mesmo profissional por múltiplas empresas) e o **R18 — Subcontratação Vedada**, ambos com Score 12. A ausência de riscos na faixa **CRÍTICA (16–25)** indica que o planejamento atual, se bem executado, é suficiente para evitar cenários extremos. O score médio de **8,4** mantém a contratação na zona de atenção elevada, exigindo disciplina e rigor na implementação de todas as medidas propostas.

Base Legal e Normativa: Art. 18, X — Lei nº 14.133/2021 · IN SEGES/ME nº 65/2021 · Decreto Municipal 207/2023 · Decreto Federal 11.462/2023 · Lei nº 13.709/2018 (LGPD) · Lei nº 8.080/1990 · Portaria GM/MS nº 1.604/2023 · Resolução CFM nº 2.330/2023 · Decreto Municipal 192/2023 · Decreto Municipal 193/2023 · Decreto Municipal 208/2023

Secretaria Municipal de Saúde — SEMUSA

Prefeitura Municipal de Corumbiara

Estado de Rondônia Março / 2026

Secretaria Municipal de Saúde — SEMUSA · Prefeitura Municipal de Corumbiara/RO · Pregão Eletrônico SRP Nº 016/2026 · Lei nº 14.133/2021 · Março/2026